



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ofício nº 179/13/OIN-GP

Curitiba, 16 de abril de 2013.

Senhores Conselheiros,

Em cumprimento ao art. 16, IX, do Regimento Interno, encaminho, para apreciação e convalidação deste Plenário, minuta do Termo de Cooperação Técnica a ser celebrado entre este Tribunal de Contas e o Tribunal de Contas da União.

Constitui objeto do referido convênio a realização de auditoria coordenada na área de educação, com a finalidade a identificação problemas que afetam o ensino médio no Brasil, assim como a avaliação de ações que procurem eliminar ou mitigar suas causas.

A proposição deste convênio decorre dos termos dispostos na Declaração de Campo Grande/MS, elaborada durante o III Encontro Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil, ocorrido em 14 de novembro de 2012.

Portanto, encaminho, anexo a este ofício, a minuta do termo de cooperação, bem como o respectivo plano de trabalho, para a devida avaliação.

Atenciosamente,


ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Presidente

Aos
MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO
Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Nesta Capital
cvm

AUTUADO

Protocolo TC-PR: **24341-8/13**
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Dt/Hr: 19/04/2013 - 09:59 Ofic.: 179/13



Aviso nº 229 -GP/TCU

Brasília, 20 de março de 2013.

Senhor Presidente,


A auditoria coordenada cujo Acordo está sendo assinado hoje tem a finalidade de identificar os principais problemas que afetam a qualidade e a cobertura do ensino médio no Brasil, bem como avaliar as ações governamentais que procuram eliminar ou mitigar suas causas.

O cronograma de atividades conta com fase de planejamento, com duração aproximada de três meses (de março a maio de 2013) dividida em duas etapas: inicial e avançado. Os componentes das equipes de fiscalização integrarão uma comunidade de colaboração à distância (ambiente *moodle*) para estudo e discussão de pontos importantes.

No planejamento avançado está prevista a realização de monitoria pelo técnicos desta Corte de Contas com apoio do Grupo Temático de Auditoria Operacional do Instituto Rui Barbosa (GAO/IRB). O resultado final da fase de planejamento será uma matriz de planejamento, com a definição de questões comuns e um rol de questões opcionais para a fiscalização a ser empreendida por cada um dos partícipes da auditoria.

A execução da fiscalização está prevista para o dia 3 de junho vindouro, com duração máxima de dois meses. Esse prazo permite que se estime para setembro de 2013 a apreciação pelos respectivos colegiados, bem como a consolidação dos trabalhos, com a elaboração de um sumário executivo.

A Sua Excelência o Senhor
Conselheiro ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Curitiba - PR

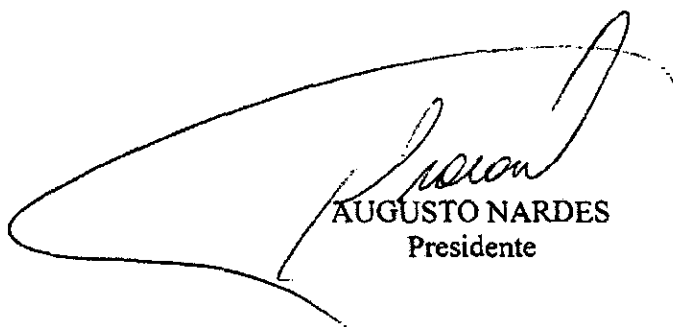
Recebi


(fl. 02 do Aviso nº 229 -GP/TCU, de 30 /3/2013).

Com intuito de melhor atender às demandas do trabalho, que contará com a valiosa participação desse Tribunal representado por Vossa Excelência, se faz necessário, neste momento, a designação de equipe de 3 (três) auditores, priorizando-se profissionais que tenham experiência em auditoria e, preferencialmente, que o(a) coordenador(a) de cada uma das equipes de fiscalização possua treinamento formal em auditoria de natureza operacional (ANOp).

Nesse sentido, solicito que, até 27/3/2013, sejam indicados os nomes dos servidores que serão responsáveis pelo desenvolvimento dos trabalhos (com a identificação do coordenador da equipe), bem como de interlocutores junto a esse TCE, acompanhados dos endereços eletrônicos e telefones de contato. Solicito, ainda, que tais dados sejam encaminhados à equipe técnica do TCU responsável pela coordenação dos trabalhos – secexeduc@tcu.gov.br; com cópia para andrege@tcu.gov.br ou (61) 3316-5980, André Geraldo Carneiro de Oliveira (Coordenador) e Marcelo Bemerguy (Titular da Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto).

Atenciosamente,



AUGUSTO NARDES
Presidente

Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram Tribunais de Contas brasileiros, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil e o Instituto Rui Barbosa para a realização de auditoria coordenada em ações de governo na área da educação

Os Tribunais de Contas brasileiros adiante identificados (TCs), a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa (IRB), doravante denominados PARTICÍPES, representados pelos seus respectivos titulares ou representantes legais, considerando a necessidade de realizar auditoria coordenada em ações governamentais na área de educação celebram o presente Acordo de Cooperação Técnica, doravante denominado ACORDO, nos termos do art. 100 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, mediante as cláusulas e as condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente ACORDO tem por objeto estabelecer cooperação técnica entre os PARTICÍPES para a realização de auditoria coordenada na área de educação, nos termos dispostos na Declaração de Campo Grande/MS, elaborada durante o III Encontro Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil, ocorrido em 14 de novembro de 2012.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A auditoria terá a finalidade de identificar os principais problemas que afetam a qualidade e a cobertura do ensino médio no Brasil, bem como avaliar as ações governamentais que procuram eliminar ou mitigar suas causas. Os Tribunais de Contas concordam em realizar a auditoria coordenada, cujos objetivos específicos serão definidos em conjunto após a etapa de planejamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A auditoria coordenada, realizada com base em planejamento conjunto, é composta de auditorias independentes, realizadas pelos Tribunais de Contas, que ao final elaborarão relatórios independentes, sumários executivos das auditorias independentes e um sumário executivo consolidado. O sumário executivo consolidado sintetizará dados nacionais e estaduais sobre a situação do ensino médio no Brasil.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PARTICÍPES

Os PARTICÍPES deste ACORDO são:

- I. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO;
- II. ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL (ATRICON);
- III. INSTITUTO RUI BARBOSA (IRB);
- IV. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE;

- V. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS;
- VI. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPÁ;
- VII. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS;
- VIII. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA;
- IX. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ;
- X. TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL;
- XI. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO;
- XII. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS;
- XIII. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO;
- XIV. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO;
- XV. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL;
- XVI. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS;
- XVII. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ;
- XVIII. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA;
- XIX. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ;
- XX. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO;
- XXI. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ;
- XXII. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO;
- XXIII. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE;
- XXIV. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL;
- XXV. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA;
- XXVI. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RORAIMA;
- XXVII. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA;
- XXVIII. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE;
- XXIX. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE TOCANTINS;
- XXX. TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA;

- XXXI. TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ;
- XXXII. TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOLÁS;
- XXXIII. TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ;
- XXXIV. TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO;
- XXXV. TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

PARÁGRAFO ÚNICO. Subscrevem o presente ACORDO os titulares dos PARTÍCIPES indicados nesta cláusula ou seus representantes especialmente designados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO MÉTODO

A execução do objeto deste ACORDO dar-se-á conforme estabelecido nos padrões internacionais de auditoria operacional da Intosai (*International Standards of Supreme Audit Institutions* – ISSAI 3000 e 3100) e no Anexo I do presente Instrumento – Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUARTA – DAS EQUIPES DE AUDITORIA

Os PARTÍCIPES se comprometem a designar equipes de auditoria com número suficiente de membros, dedicação exclusiva de trabalho no período determinado e adequada formação técnica.

PARÁGRAFO ÚNICO. A designação dos membros das equipes de auditoria priorizará profissionais que tenham experiência em auditoria e, preferencialmente, o(a) coordenador(a) de cada uma das equipes de auditoria deverá ter passado por treinamento formal em auditoria operacional.

CLÁUSULA QUINTA – DAS FORMAS DE COOPERAÇÃO

A cooperação pretendida pelos PARTÍCIPES consistirá em:

I – recebimento em suas dependências do(s) servidor(es) indicado(s) por outro PARTÍCIPE para participar do desenvolvimento de atividades atinentes ao objeto do presente ACORDO;

II – encaminhamento de informações sobre irregularidades envolvendo recursos sob a responsabilidade fiscalizatória de outro Tribunal de Contas, constatadas quando da realização de fiscalizações ou exame de processos, remetendo, se houver, os correspondentes documentos comprobatórios;

III – compartilhamento de conhecimento mútuo sobre as normas e procedimentos de fiscalização, bem como sobre a jurisprudência firmada pelos colegiados dos Tribunais de Contas;

IV – extensão recíproca aos servidores de cada Tribunal de Contas da possibilidade de participação em cursos de capacitação e outras iniciativas de desenvolvimento profissional por eles promovidos, e em seminários, simpósios, encontros e outros eventos da mesma natureza, observados os critérios de seleção e a disponibilidade de vagas;

V – promoção de atividades conjuntas de educação corporativa na modalidade presencial ou a distância, por meio de cessão, elaboração ou adaptação de cursos, bem como de realização de ações de apoio a sua execução;

VI – estabelecimento de meios de intercâmbio de conhecimentos, informações e pesquisas, visando a complementar as ações desenvolvidas e a troca de experiências;

VII – cessão de mecanismos de divulgação com vistas a difundir boas práticas na administração pública por meio da disponibilização de instrumentos de comunicação corporativos, tais como *links* institucionais nos respectivos portais dos PARTICIPES na *Internet*, observada a política de comunicação de cada órgão ou entidade.

VIII – fornecimento de informações e de orientações necessárias ao melhor desenvolvimento e ao fiel cumprimento deste ACORDO;

IX – disponibilização ao outro PARTICIPE de material de interesse relativo a ações educacionais, presenciais ou a distância, a partir da apresentação prévia de proposta e da definição quanto às formas de utilização, discutidas entre os responsáveis pelas respectivas áreas, devendo ser especificadas eventuais sugestões para adaptações de forma e conteúdo consideradas necessárias;

X – observação do direito autoral envolvendo cursos, programas ou qualquer material de divulgação institucional utilizado nas ações previstas neste ACORDO, devendo ser informados o crédito da autoria e o respectivo instrumento de cooperação que deu amparo à utilização do material pelo PARTICIPE;

PARÁGRAFO PRIMEIRO. As atividades a que se refere esta cláusula serão executadas na forma a ser definida, em cada caso, pelos PARTICIPES, mediante aditamentos ou troca de correspondências, respeitadas as competências dos PARTICIPES atribuídas pelas respectivas legislações.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O intercâmbio de informações e documentos, no âmbito do presente ACORDO, deve observar às respectivas disposições internas dos PARTICIPES.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Informações constantes dos relatórios de auditoria ou publicadas em material de divulgação não devem incluir dados pessoais ou que tornem possível concluir sobre aspectos pessoais de indivíduos pertencentes ao público das ações de governo auditadas.

PARÁGRAFO QUARTO. Os PARTICIPES adotarão as providências internas necessárias para viabilizar o cumprimento do cronograma do plano de trabalho anexo ao presente instrumento, em especial quanto ao encaminhamento das informações necessárias à elaboração do sumário executivo consolidado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTICIPES

Constituem atribuições dos Tribunais de Contas no âmbito deste ACORDO:

I – realização de fiscalização nos órgãos e entidades federais, estaduais e municipais da área de educação;

II – designar coordenador da auditoria, também responsável por atuar como agente de ligação com o IRB, por meio do Grupo Temático de Auditoria Operacional, visando articular a execução das atividades vinculadas ao presente ACORDO, bem como dirimir dúvidas ou prestar informações a elas relativas;

III – conduzir os trabalhos de auditoria objeto deste ACORDO em conformidade com as normas e os procedimentos de auditoria governamental vigentes, consoante procedimentos específicos, cuja utilização seja recomendável, considerando a natureza e os objetivos institucionais do órgão ou entidade fiscalizada;

IV – acordar, com a necessária presteza e por meio de solicitações recíprocas, orientações suplementares quanto ao método a ser adotado no planejamento e na execução dos trabalhos, bem como na emissão dos relatórios e posterior monitoramento;

V – manter à disposição do outro Tribunal de Contas a respectiva jurisprudência atualizada, relativamente aos trabalhos objeto do ACORDO;

VI – levar, imediatamente, ao conhecimento do IRB, por meio do Grupo Temático de Auditoria Operacional, ato ou ocorrência que interfira no andamento das atividades decorrentes deste ACORDO, para a adoção das medidas cabíveis;

VII – informar ao IRB, por meio do Grupo Temático de Auditoria Operacional, por escrito, sobre lições aprendidas, dados sobre duração das etapas das auditorias, sobre seus custos diretos e sobre oportunidades de melhorias no método aplicado.

PARÁGRAFO ÚNICO. As ações que venham a se desenvolver em decorrência deste ACORDO que requeiram formalização jurídica para a sua implementação terão suas condições específicas, descrição de tarefas, prazos de execução, responsabilidades financeiras e demais requisitos definidos em convênios, contratos ou outro instrumento legal pertinente acordado entre os PARTICIPES.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ARTICULAÇÃO ENTRE AS AUDITORIAS

A Atricon, o TCU e o IRB atuarão na articulação institucional entre os PARTICIPES. O IRB, por meio do Grupo Temático de Auditoria Operacional (GAO), atuará como comitê de articulação das atividades técnicas desenvolvidas pelos Tribunais de Contas neste ACORDO.

PARÁGRAFO ÚNICO. Constituem atribuições do IRB, por meio do Grupo Temático de Auditoria Operacional, no âmbito deste ACORDO:

I – articular-se com o elemento de ligação designado pelos Tribunais de Contas, visando acompanhar a execução das atividades vinculadas ao presente ACORDO, bem como dirimir dúvidas ou prestar informações a elas relativas;

II – tomar a iniciativa de emitir, com a necessária presteza e por meio de articulação com os agentes de ligação designados, orientações suplementares quanto ao método a ser adotado no planejamento e na execução dos trabalhos, bem como na emissão dos relatórios e posterior monitoramento;

III – disseminar informações e material de interesse relativo a ações educacionais, oficinas de trabalho e eventos de divulgação;

IV – viabilizar o suporte técnico às auditorias, com apoio dos Tribunais de Contas, mediante solicitação dos agentes de ligação;

V – administrar a plataforma eletrônica de compartilhamento de conhecimento a ser usada pelas equipes de auditoria dos Tribunais de Contas;

VI – elaborar o sumário executivo com a consolidação das auditorias;

VII – elaborar documento com avaliação de lições aprendidas, que sintetize dados sobre duração das etapas das auditorias, sobre os custos diretos e sobre oportunidades de melhorias no método aplicado.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS

O presente ACORDO é celebrado a título gratuito, não implica compromissos financeiros ou transferência de recursos entre os PARTICIPES e não gera direito a indenizações, exceto no caso de extravio ou dano a equipamentos, instalações e outros materiais emprestados por um PARTICIPE ao outro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. No caso de ocorrência de despesas, os procedimentos deverão ser consignados em instrumentos específicos, os quais obedecerão às condições previstas na legislação vigente.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Os Tribunais de Contas arcarão com as despesas de suas auditorias bem como com despesas de deslocamento e hospedagem de seu pessoal, necessários a realização de treinamentos, de oficinas de trabalho e de eventos de divulgação.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O IRB arcará com as despesas de deslocamento e hospedagem dos membros do Grupo Temático de Auditoria Operacional por ocasião da participação nos eventos previstos neste ACORDO.

PARÁGRAFO QUARTO. O PARTICIPE anfitrião de treinamentos, de oficinas de trabalho e de eventos de divulgação arcará com as despesas do evento referentes a local, contratação de palestrantes e instrutores, material de divulgação, convites, cerimonial, assessoria de imprensa, tradução, lanches.

PARÁGRAFO QUINTO. O TCU e o IRB arcarão com as despesas de impressão e distribuição aos PARTICIPES de exemplares do sumário executivo de consolidação das auditorias.

PARÁGRAFO SEXTO. O TCU fornecerá plataforma eletrônica de compartilhamento de conhecimento para prestar suporte à auditoria coordenada.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

O TCU providenciará a publicação de extrato do presente ACORDO no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente ACORDO será de 36 (trinta e seis) meses, a contar de sua publicação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO E DA DENÚNCIA

O presente ACORDO poderá ser alterado a qualquer tempo, mediante termo aditivo, e denunciado de comum acordo entre os PARTICIPES, ou unilateralmente, mediante notificação por escrito.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A eventual denúncia deste ACORDO não prejudicará a execução dos serviços que tenham sido instituídos mediante instrumento próprio, devendo as atividades já iniciadas ser desenvolvidas normalmente até o final, nos termos estabelecidos no presente ACORDO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Aplicam-se à execução deste ACORDO, no que couber, as disposições da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e do Decreto 6.170, de 25 de julho de 2007, com redações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os Tribunais de Contas PARTICIPES deste ACORDO responderão pelo conteúdo técnico dos trabalhos executados por força do presente ACORDO e assumirão total responsabilidade pela qualidade destes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo pelos PARTICIPES, ouvidos os responsáveis pela execução e fiscalização do presente instrumento de que trata a Cláusula Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal.

E, por estarem ajustados, os PARTICIPES firmam o presente Termo de ACORDO,

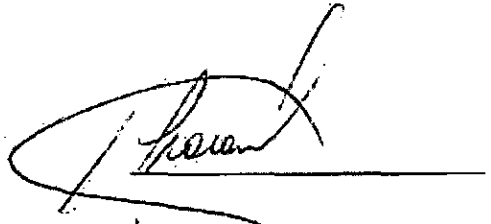
Brasília/DF, em 21 de março de 2013.

PARTÍCIPES:

Tribunal de Contas da União

Augusto Nardes

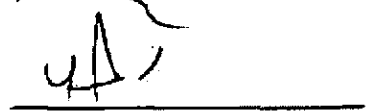
Presidente



Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil

Antônio Joaquim Moraes

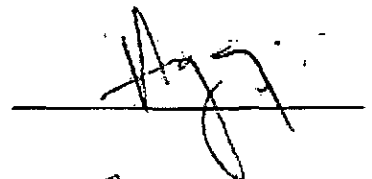
Presidente



Instituto Rui Barbosa

Severiano Costandrade Aguiar

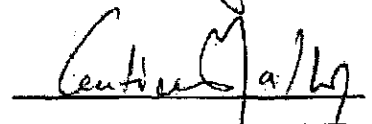
Presidente



Tribunal de Contas do Estado do Acre

Antônio Jorge Malheiro

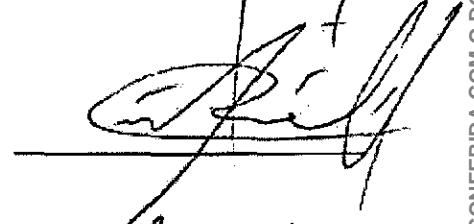
Corregedor



Tribunal de Contas do Estado de Alagoas

Cícero Amélio da Silva


Presidente



Tribunal de Contas do Estado do Amapá

Maria Elizabeth Cavalcante de Azevedo Picanço

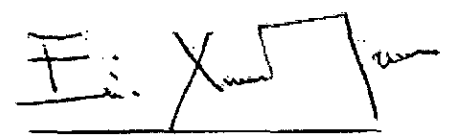
Presidente



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas

Érico Desterro e Silva

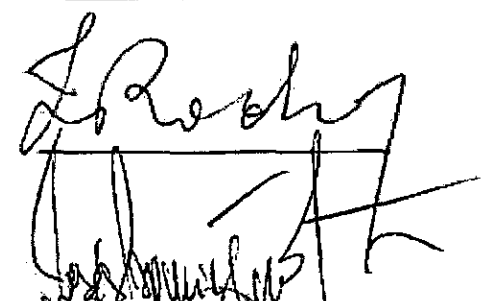
Presidente



Tribunal de Contas do Estado da Bahia

Zilton Rocha

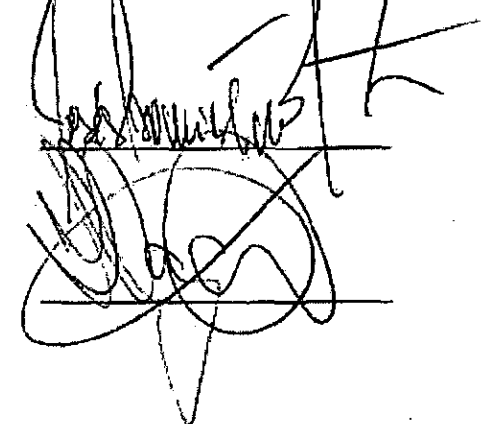
Presidente



Tribunal de Contas do Estado do Ceará

Waldomiro Távora de Castro Júnior

Presidente



Tribunal de Contas do Distrito Federal

Inácio Magalhães Filho

Presidente

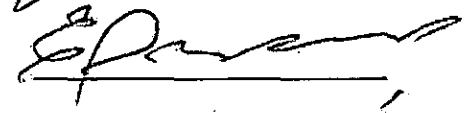
Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

Sebastião Carlos Ranna
Presidente



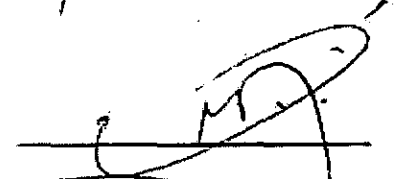
Tribunal de Contas do Estado de Goiás

Edson José Ferrari
Presidente



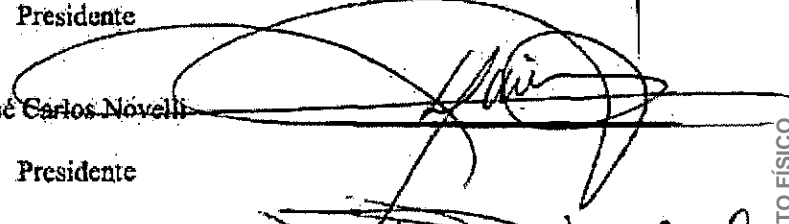
Tribunal de Contas do Estado do Maranhão

Edmar Serra Cutrim
Presidente



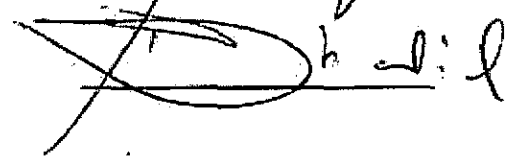
Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso

José Carlos Novelli
Presidente



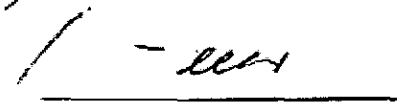
Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul

Ronaldo Chadid
Corregedor



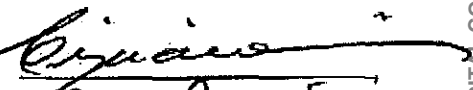
Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Cláudio Couto Terrão
Conselheiro



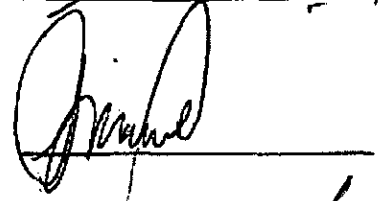
Tribunal de Contas do Estado do Pará

Cipriano Sabino de Oliveira Júnior
Presidente



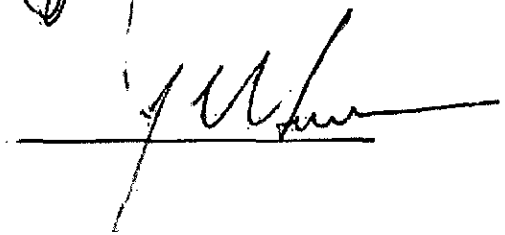
Tribunal de Contas do Estado do Paraíba

Arnóbio Alves Viana
Conselheiro



Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Artagão de Mattos Leão
Presidente

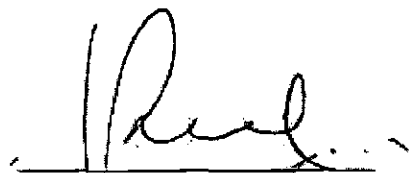


CÓPIA DIGITAL CONFERIDA COM O DOCUMENTO FÍSICO

Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

Valdecir Pascoal

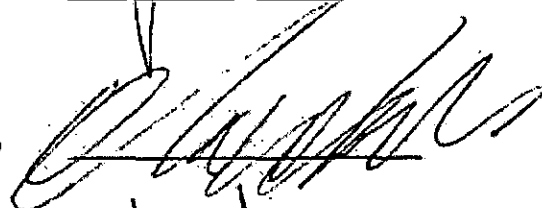
Vice-Presidente



Tribunal de Contas do Estado do Piauí

Olavo Rebelo de Carvalho Filho

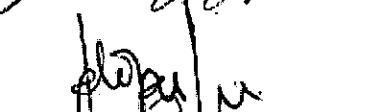
Corregedor



Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

Jonas Lopes de Carvalho Júnior

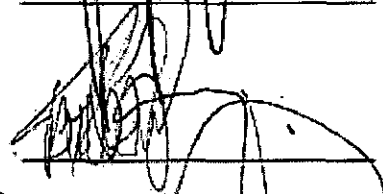
Presidente



Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte

Paulo Roberto Chaves Alves

Presidente



Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

Cezar Miola

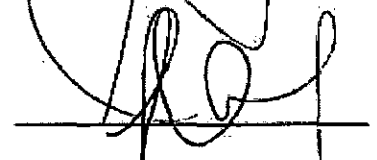
Presidente



Tribunal de Contas do Estado de Rondônia

José Euler Potyguara Pereira de Mello

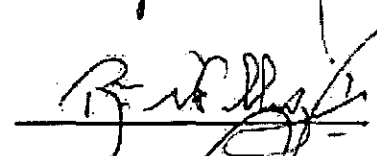
Presidente



Tribunal de Contas do Estado de Roraima

Reinaldo Fernandes Neves Filho

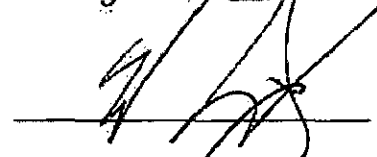
Vice-Presidente



Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

Salomão Ribas Júnior

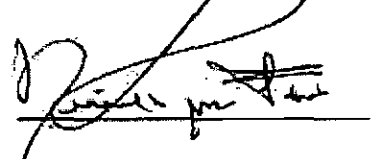
Presidente



Tribunal de Contas do Estado de Sergipe

Reinaldo Moura Ferreira

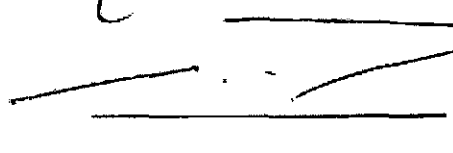
Conselheiro



Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

José Wagner Praxedes

Presidente



Tribunal de Contas dos
Municípios do Estado da Bahia

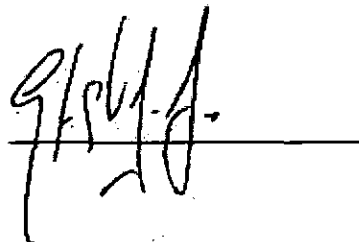
Francisco de Souza Andrade Neto



Conselheiro

Tribunal de Contas dos
Municípios do Estado do Ceará

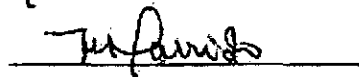
Ernesto Sabóia



Conselheiro

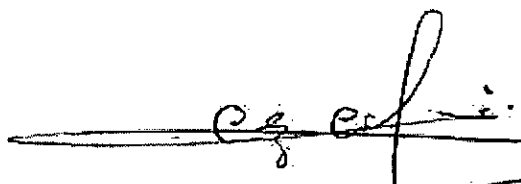
Tribunal de Contas dos
Municípios do Estado de Goiás

Maria Teresa F. Garrido



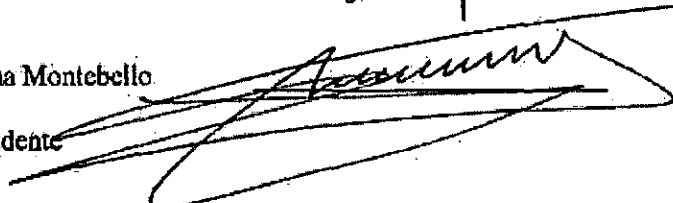
Presidente

Tribunal de Contas dos
Municípios do Estado do Pará



Tribunal de Contas do
Município do Rio de Janeiro

Thiers Vianna Montebello



Presidente

Tribunal de Contas do
Município de São Paulo

Maurício Faria



Conselheiro

Anexo I

PLANO DE TRABALHO

O presente plano de trabalho tem como objetivo detalhar os procedimentos para realização de auditoria coordenada no ensino médio a ser realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pelos Tribunais de Contas (TCs) que aderirem ao ACORDO, com o apoio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e do Instituto Rui Barbosa (IRB).

Conforme entendimento dos PARTICIPES, esta auditoria permitirá uma melhor compreensão dos problemas que afetam a qualidade e a cobertura do ensino médio no Brasil, bem como a eficácia das ações governamentais que procuram eliminar ou mitigar suas causas.

Além disso, a auditoria coordenada é um instrumento de reforço das iniciativas de cooperação já existentes entre os PARTICIPES e de fortalecimento de redes de relacionamento entre os profissionais do controle externo. A auditoria também favorece o *benchmarking* organizacional e de processo, a identificação e disseminação de melhores práticas entre os PARTICIPES. A iniciativa serve ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de competências profissionais dos auditores governamentais.

1. Objeto da auditoria

A auditoria coordenada tem por objeto as ações governamentais desenvolvidas nas três esferas de governo, com a finalidade de identificar os principais problemas que afetam o ensino médio no Brasil e suas possíveis causas.

A análise dos problemas que cercam o ensino médio permitirá aos Tribunais de Contas envolvidos na auditoria formularem recomendações para que as ações governamentais que combatem as causas de tais problemas sejam mais eficazes.

2. Escopo da auditoria

O escopo da auditoria coordenada será o ensino médio. Essa etapa de ensino é um serviço oferecido predominantemente por escolas públicas estaduais e distritais, que concentraram 97,3% das matrículas feitas em 2011 por escolas públicas no Brasil.

A auditoria poderá abordar os seguintes aspectos, sem prejuízo de outros enfoques identificados durante o planejamento do trabalho:

- a) identificação nos estudos realizados na área de educação ou documentos produzidos pelo Ministério da Educação (MEC) e secretarias de educação acerca da definição de qualidade de ensino e os aspectos que a compõem;
- b) avaliação dos resultados alcançados pelo ensino médio em termos de desempenho em testes de verificação de competências adquiridas pelos estudantes; e de taxas de acesso, conclusão e evasão;

- c) avaliação da adequação do currículo e das diretrizes e práticas pedagógicas aos objetivos declarados relativos ao ensino médio;
- d) avaliação da suficiência e da qualidade da infraestrutura escolar existente;
- e) avaliação da suficiência, da qualificação e da motivação para o trabalho de docentes e de pessoal de apoio;
- f) avaliação das condições de trabalho oferecidas aos servidores;
- g) identificação de características dos estudantes que afetam seu desempenho e permanência no ensino médio, tais como repertório de competências trazidas do ensino fundamental e condições socioeconômicas;
- h) avaliação da suficiência de recursos orçamentários para fazer frente à oferta e melhoria da educação em nível médio;
- i) avaliação da gestão do ensino no que diz respeito à atuação do MEC, das secretarias de educação e das escolas; e
- j) identificação de características presentes nas escolas de ensino médio mais bem sucedidas, inclusive de boas práticas.

3. Método

Trata-se de auditoria operacional que assumirá a conformação de auditoria coordenada, que, nos moldes de documento da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai), intitulado *Guide for Cooperative Audits*, se desenvolve com base em planejamento conjunto, auditorias e relatórios independentes e, ao final é elaborado um sumário executivo com os principais achados das auditorias de cada partícipe.

A execução da auditoria coordenada dar-se-á conforme estabelecido nos padrões internacionais de auditoria operacional da Intosai (*International Standards of Supreme Audit Institutions – ISSAI 3000 y 3100*) e no presente Plano de Trabalho.

Nessa fiscalização, a articulação institucional entre os PARTICIPES cabe à Atricon, ao TCU e ao Instituto Rui Barbosa (IRB). A articulação técnica entre as equipes de auditoria dos Tribunais de Contas cabe ao IRB, por intermédio do Grupo Temático de Auditoria Operacional (GAO).

4. Fases da Auditoria Coordenada

O trabalho desempenhado para a realização da auditoria coordenada objeto deste acordo será estruturado conforme as seguintes etapas. Ato ou ocorrência que interfira no andamento das atividades previstas neste Plano de Trabalho devem ser informadas ao IRB, por intermédio do Grupo Temático de Auditoria Operacional, para a adoção das medidas cabíveis visando adequar o cronograma.

Fase 1: Planejamento Inicial (participante: equipes de auditoria do TCU e dos TCs)

- identificar os normativos;

- realizar levantamento sobre os planos, projetos e ações realizados pelo MEC e pelas secretarias de educação;

- elaborar análise preliminar dos dados disponíveis no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e demais unidades do MEC do e nas secretarias de educação;

- entrevistar especialistas em educação;

- selecionar estudos, artigos técnicos e auditorias realizadas pelo TCU e TCs relacionadas ao tema;

- formular visão geral do ensino médio no Brasil e dos problemas detectados;

- formular proposta de 1) questões comuns e rol de questões opcionais para a auditoria coordenada, 2) modelo de levantamento de informações de contexto, 3) tabela de consolidação, 4) cronograma detalhado.

Período: março e abril de 2013.

Fase 2: Planejamento Avançado (participantes: equipes de auditorias do TCU e dos TCs)

- formular visão geral do ensino médio e dos problemas detectados;

- elaborar proposta de matriz de planejamento local para discussão da versão definitiva em conjunto;

- elaborar cronograma detalhado local;

- participar de oficina de trabalho de planejamento.

Período: abril e maio de 2013.

Fase 3: Execução (participantes: equipes de auditoria do TCU e dos TCs)

- coleta de dados;

- análise dos dados;

- elaboração da matriz de achados;

- participar de oficina de trabalho da fase de execução.

Período: junho e julho de 2013.

Fase 4: Elaboração dos relatórios independentes (participantes: equipe de auditoria do TCU e dos TCs)

- elaborar relatório com recomendações dirigidas à respectiva secretaria de educação (TCs);

- elaborar o relatório com a perspectiva federal, com recomendações dirigidas ao Ministério da Educação e, eventualmente, às secretarias de educação (TCU);

- enviar tabela de consolidação de dados para o IRB, por intermédio do Grupo Temático de Auditoria Operacional.

Período: de agosto a 1ª semana de setembro de 2013.

Fase 5: Comentários do gestor (participantes: equipes de auditoria do TCU e dos TCs)

- enviar relatório preliminar aos gestores para que eles apresentem seus comentários;
- analisar comentários dos gestores e incorporar a análise ao relatório de auditoria;
- elaborar *folders* de divulgação das auditorias independentes.

Período: setembro de 2013.

Fase 6: Elaboração do sumário executivo com a consolidação das auditorias independentes (participantes: IRB/GAO)

- elaborar sumário executivo consolidado sobre a situação do ensino médio no Brasil, com dados individualizados por ente federativo, que sintetize achados, conclusões e recomendações aperfeiçoadoras ao MEC e às Secretárias de Educação.

Período: setembro de 2013.

Fase 7: Apresentação de Plano de Ação pelo MEC e pelas secretarias de educação

- apresentar plano de ação de implementação das recomendações (MEC e secretarias de educação);
- analisar adequação dos planos de ação e ajustá-los com os gestores, se necessário (TCU e TCs).

Período: fevereiro de 2014.

Fase 8: Monitoramento (participantes: IRB/GAO e equipes de auditoria do TCU e dos TCs)

- elaborar relatório de monitoramento, que demonstre o estágio de implementação das recomendações dirigidas à respectiva secretaria de educação, os avanços obtidos após a auditoria e os problemas persistentes no ensino médio (TCs);

- elaborar relatório de monitoramento com perspectiva federal, que demonstre o estágio de implementação das recomendações dirigidas ao Ministério da Educação, os avanços obtidos após a auditoria e os problemas persistentes no ensino médio brasileiro, sob perspectiva federal (TCU);

- elaborar relatório de monitoramento consolidado que demonstre estágio de implementação das recomendações, os avanços obtidos após a auditoria coordenada e os problemas persistentes no ensino médio brasileiro.

Período: 2015, segundo cronograma a ser acordado.

FASE	ATIVIDADE	PERÍODOS	RESPONSÁVEIS
A	ATIVIDADES PRÉ-AUDITORIA		
1	Assinatura do Acordo para realização da auditoria coordenada, com definição de responsabilidades e cronograma anexo	Março de 2013	Titulares dos órgãos e entidades PARTICÍPES
2	Designação de equipes	Março de 2013	Secretarias Gerais do TCU e TCs
3	Identificação dos Relatores das auditorias nos TCs	Março de 2013	Presidente do TCU e TCs
4	Lançamento de plataforma Moodle de estudo e discussão	Março de 2013	TCU/ISC/SecexEduc
B	PLANEJAMENTO DOS TRABALHOS		
1	Planejamento inicial. Levantamento e disseminação de documentos nacionais de planejamento sobre o ensino médio, textos de pesquisas sobre o tema, informações de especialistas, estudos técnicos.	Março e abril de 2013	TCU/IRB/GAO/TCs
2	Planejamento avançado, com monitoria	Abril e maio de 2013	Equipes de auditoria TCU e TCs
3	Videoconferência para troca de informações sobre progresso do planejamento	Final de maio de 2013	TCU/TCs
4	<ul style="list-style-type: none"> - Seminário público em Brasília sobre os fatores que afetam a qualidade do ensino médio, com participação de especialistas em Educação, autoridades do MEC e secretarias de educação, Presidentes do TCU e TCs, Ministro-Relator e Conselheiros Relatores, Atricon e IRB/GAO. - Oficina de trabalho de treinamento e de disseminação do levantamento de informações nacionais e propostas de: 1) questões comuns e rol de questões opcionais para a auditoria coordenada, 2) tabela de consolidação, 3) Plano de Ação. - Disseminação de informações levantadas, de análises e de conclusões preliminares. - Discussão dos procedimentos de auditoria. Discussão da tabela de consolidação - Painel de referência de planejamento. 	Primeira semana de junho de 2013	Atricon/TCU/IRB/GAO/TCs

FASE	ATIVIDADE	PERIODOS	RESPONSÁVEIS
C	EXECUÇÃO		
1	Execução: coleta e análise de dados	Junho e julho de 2013	TCU/TCs
2	Vídeo conferência para troca de informações sobre progresso da execução	Primeira semana de julho de 2013	IRB/GAO/TCU
3	Oficina de trabalho de achados e de relatório. Painel de referência de achados.	Primeira semana de agosto de 2013	IRB/GAO/TCU/TCs
D	RELATÓRIOS		
1	Elaboração dos relatórios independentes	Agosto de 2013	TCs/TCU
2	Encaminhamento das tabelas de consolidação	Primeira semana de setembro de 2013	Equipes de auditoria TCU e TCs
E	COMENTÁRIOS DOS GESTORES		
1	Comentários dos gestores e análise	Setembro de 2013	TCU/TCs
F	FOLDER E SUMÁRIO EXECUTIVO		
1	Elaboração de <i>folders</i> de divulgação.	Setembro de 2013	TCU/TCs
2	Consolidação	Setembro de 2013	IRB/GAO
3	Evento de lançamento de documento consolidado em Brasília (público)	Novembro de 2013	Atricon/IRB/TCU/TCs
4	Debate para avaliação crítica da experiência da auditoria coordenada	Novembro de 2013	IRB/GAO/TCU
5	Apresentação do sumário executivo consolidado e de folders das auditorias independentes aos respectivos órgãos dos Poderes Legislativos	Novembro de 2013	Presidentes do TCU e dos TCs
G	PLANO DE AÇÃO		
1	Apresentação de planos de ação e análise de sua adequação	Fevereiro de 2014	MEC e Secretarias de Educação
H	MONITORAMENTO		
1	Monitoramento (etapas próprias a serem definidas, que espelharão as etapas da auditoria)	2015	TCU/TCs
2	Consolidação dos monitoramentos	2015	IRB/GAO
3	Avaliação crítica da auditoria coordenada e das melhorias induzidas	2015	IRB/GAO/TCU

6 Produtos

- a) Relatórios de auditoria dos PARTÍCIPES;
- b) Sumário executivo de auditoria coordenada, que consolidará os achados e conclusões dos relatórios independentes de auditoria dos PARTÍCIPES;
- c) Folders de divulgação dos resultados das auditorias independentes;
- d) Relatórios de monitoramento dos PARTÍCIPES;
- e) Sumário executivo consolidado dos monitoramentos.

7 Recursos Humanos Estimados

Para a realização da auditoria, será disponibilizada a seguinte estrutura:

UNIDADES DO TCU E ÓRGÃOS ENVOLVIDOS	FUNÇÃO	QUANTIDADE MÍNIMA DE PARTICIPANTES	PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES
Gabinete do Ministro Presidente/TCU, Atricon e IRB	Contato principal	1	Acompanhar o andamento do trabalho e apoiar com contatos entre autoridades quando necessário.
Gabinete do Ministro Relator e dos Conselheiros Relatores nos TCs	Supervisão de alto nível	1	Acordar projeto de auditoria e opinar sobre clareza, fundamentação e relevância dos achados e conclusões
SecexEduc/TCU TCs	Supervisor	1	Acompanhar ativamente todas as etapas do trabalho e exercer o controle de qualidade
Seaud/TCU, SecexEduc/TCU	Equipe de auditoria	2 auditores da Seaud e 2 auditores da SecexEduc	Realizar as auditorias, produzir o relatório com perspectiva nas ações do governo federal.
TCs	Equipe de auditoria	3 auditores por TC	Realizar as auditorias e enviar para o IRB/GAO as informações para serem agregadas ao sumário executivo consolidado da auditoria coordenada.
IRB/GAO	articulação	10 auditores seniores	Atuar como instância de articulação técnica e elaborar sumário executivo.